

TESOURO INEXPLORADO

BRASIL TEM A MAIOR RESERVA DE RECURSOS NATURAIS DO MUNDO, MAS NÃO REGULAMENTA SEU USO

Humberto Rezende e Romário Schettino
Da equipe do Correio

Os rumos da nova economia mundial parecem apontar diretamente para o Brasil. Cada vez mais, os recursos naturais ganham importância estratégica, principalmente na produção de novos medicamentos — uma atividade que movimenta anualmente mais de US\$ 320 bilhões. De todos os remédios novos que surgem, 40% são de fontes animais ou vegetais. E isso, todo o mundo sabe, não faltam ao país. Aqui está a maior diversidade vegetal do mundo, com 55 mil espécies de plantas. Além disso, o país é o primeiro em diversidade de peixes de água doce e mamíferos, o segundo na de anfíbios e o terceiro na de répteis.

Mas quase todos já perceberam a importância desses recursos genéticos. Menos o governo — que parece não se dar conta dos avanços da genética e do mundo dos negócios que a envolvem. Não é suficientemente ágil, embora a sociedade pressione há alguns anos pela aprovação da lei que regulamenta o acesso aos recursos genéticos. A lei deve determinar quem pode, e de que forma, explorar a biodiversidade nacional. Determina também que participação nos lucros terá o país e as comunidades indígenas que dominam há anos o uso de plantas e animais na cura de doenças.

Hoje, essa importante lei é, na verdade, apenas um projeto, de autoria da senadora Marina Silva (PT/AC). Desde que foi aprovado em 1998, pelo Senado, está parado na Câmara dos Deputados. A proposta considera os recursos genéticos como bens públicos de uso especial da Nação. Quando chegou à Câmara, teve outros projetos semelhantes a ele anexados. O problema é que a comissão especial que deveria examiná-los não foi sequer nomeada pela mesa da Câmara, apesar de expirado todos os prazos regimentais. O PMDB e o PPB sequer indicaram representantes.

O principal motivo para a demora, segundo a senadora Marina, é que o governo quer que seu projeto só seja aprovado depois de uma emenda à Constituição proposta pelo Executivo. A emenda pretende incluir o "patrimônio genético, exceto o humano" como bens da União. Dessa forma, caberia ao Executivo aprovar a exploração dos recursos genéticos por indústrias e laboratórios.

Essa é outra questão polêmica. Quem decide sobre o tesouro genético brasileiro? Para o professor de Sociologia da Tecnologia da Universidade de Campinas (Unicamp) Laymert Garcia dos Santos, os recursos genéticos devem ser bens da União mas de interesse público. "Isso assegura a participação da sociedade civil na definição dos critérios de autorização para sua exploração", argumenta.

A demora preocupa. "O acesso hoje é livre, sem regulamentação e sem controle", diz Marina Silva. A única medida que há nesse sentido é a ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada há oito anos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Eco 92. Isso significa que o Brasil tem hoje apenas uma orientação genérica sobre o assunto.

PAJELANÇA

Carlos Vieira 17.5.00



Miguelina Amipé (D), pajé no Mato Grosso do Sul, denuncia a biopirataria: "Nossos direitos já foram roubados", diz ela, com a concordância do colega Lenônio Apurinã

SÓ FUNCIONA COM A REZA

Em meio a tantos interesses econômicos e científicos sobre a biodiversidade, existe uma certa descrença dos índios quanto à utilidade que suas ervas e raízes podem ter para o homem branco. Os pajés brasileiros adotam várias linhas de trabalho. Uns se utilizam de raízes, folhas e cascas de árvores. Outros incluem venenos de animais ou

mesmo fumaça de diferentes tabacos. Mas uma coisa eles têm em comum: a ligação direta com a espiritualidade. A intenção do homem branco de pegar uma folha e extrair o princípio ativo pode não funcionar, na opinião deles. "Todo remédio que preparo já vem com a reza junto, só assim é que funciona", diz o pajé Lenônio Apurinã, 68

anos, da aldeia Camapá, do Amazonas. Ele conta que para coletar a matéria prima são consideradas a posição das estrelas, a lua do momento e a localização das árvores. "Os remédios são diferentes. E os do pajé têm poder espiritual", explica. "Mas a convivência das duas medicinas é possível, se cada uma respeitar a outra", filosofa.

Todos os pajés, curandeiros, raizeiros fazem seus diagnósticos a partir de um contato espiritual com os doentes e incluem a oração em seus poderes curativos. É esse conhecimento espiritual, aliado aos materiais usados no processo de cura, que os índios querem patentear. Preservando-se as espécies, salva-se o ciclo da memória, do conhecimento. Um

não existe sem o outro: esse é o princípio. Miguelina da Silva Amipé, 66 anos, da aldeia Ipeg, descreve sua experiência também como algo bastante espiritualizado. "Minha relação, como pajé, é com o coixomoneti, aquele que luta e trabalha o espírito da mata, e tudo que sei aprendi com meus avós, que aprenderam com os tataravós", diz.

BIOPIRATARIA SEM CONTROLE

Plantas e animais do país são patenteados lá fora. Índios denunciam roubos de conhecimentos antigos

Nesse meio tempo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ainda é o único órgão que autoriza a presença de pesquisadores estrangeiros no Brasil. Apenas para pesquisas sem fins comerciais. Porém, os resultados dos trabalhos nem sempre são compartilhados com os cientistas brasileiros, conforme exige a lei.

Um caso clássico de biopirataria aconteceu na Amazônia. O laboratório Abbott, dos Estados Unidos, patenteou um anestésico produzido a partir do veneno de um sapo brasileiro. O produto é semelhante à morfina, sem os efeitos colaterais desta. Mas o Brasil não recebe nada por essa

"descoberta". Pior: se quiser se utilizar dela terá que pagar royalties (direitos) segundo as leis norte-americanas.

Há outros exemplos, como o da planta cunani, patenteada pelo químico britânico Conrad Gorinsky como um poderoso estimulante do sistema nervoso central e a popular espinheira-santa, que está sendo estudada na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no tratamento da gastrite pelo professor Ricardo Tabach. Porém, a indústria japonesa Nippon Mektron já pediu registro da planta como analgésico e antiinflamatório.

Com isso, os índios se sentem prejudicados, vendo muitas vezes seus conhecimentos sendo usados por cientistas, sem nada receber por isso. Na semana passada, 25 pajés de todo o Brasil estiveram na Universidade de Brasília para um encontro nacional. Elaboraram a Carta da Sabedoria Indígena, que é um libelo em defesa de leis que protejam "os conhecimentos tradi-

cionais contra a biopirataria, o roubo das plantas, do sangue, das madeiras e dos mineirais das terras indígenas".

A pajé Miguelina da Silva Amipé, 66 anos, da aldeia Ipeg, no Mato Grosso do Sul, acompanha a evolução dos direitos autorais sobre o patrimônio genético e sobre os conhecimentos preservados pela memória com atenção. "Nossos direitos já foram roubados. Muitos pajés têm passado conhecimentos sem saber que estão entregando um direito. Na mão do branco, isso vira dinheiro para ele, não para nós", raciona.

O pajé Lenônio Apurinã, da aldeia Camapá, do município da Boca do Acre, Amazonas, também denuncia o uso indevido do conhecimento de sua tribo. "Havia muitas pesquisas em nossas terras sem autorização. Agora não podem mais fazer, nós não estamos deixando ninguém entrar em nossas áreas sem contrato assinado", dá a receita para quem quiser aprender com ele.

A COBIÇA DOS LABORATÓRIOS

Projetos de exploração da floresta já estão sendo analisados por comissão do Ministério do Meio Ambiente

Covenientemente alheios à confusão nacional, empresas e laboratórios de todo o mundo já se movimentam. Sete laboratórios farmacêuticos internacionais (Aché, Glaxo Wellcome, Novartis, Merck, Biosintética, Eurofarma e Vallé) e sete empresas de cosméticos e perfumaria (as estrangeiras Henkel, Procter&Gamble, BodyShop e as nacionais O Boticário, Natura, Magana e Amazon Ervas) já deixaram clara sua intenção. Essas indústrias se inscreveram no Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), do Ministério do Meio Ambiente. Querem o direito de explorar os recursos genéticos da floresta e desenvolver

novas tecnologias e produtos.

O senador Tião Viana (PT-AC) critica a inoperância do governo e vê com desconfiança a presteza do ministério do Meio Ambiente em preparar o terreno para implantar o Probem. "É incoerente agilizá-lo, que prevê combate à biopirataria de plantas e conhecimentos nativos, sem o amparo de uma legislação efetiva".

A secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Helena Allegretti, discorda da crítica. "O que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo é agindo para tapar esse vácuo legal", diz. Os ministérios do Meio Ambiente, da Justiça e da Ciência e Tecnologia criaram um grupo interministerial para analisar os pedidos de exploração, receber outros novos, e determinar formas de combater a biopirataria. A comissão montada existirá somente até a aprovação da lei de acesso à biodiversidade. "Esse grupo não pode autorizar a exploração dos recursos brasileiros, mas apenas pode iniciar uma análise das propostas", diz Allegretti. É o que todos esperam.